



Período: **ABRIL/2013**

Lei nº 12.805, de 29 de abril de 2013 – *Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.*

Publicada em 30 de abril de 2013 no Diário Oficial da União, a Lei nº 12.805, de 2013, institui a Política Nacional de Integração e Lavoura, que tem como objetivo:

- i - melhorar, de forma sustentável, a produtividade, a qualidade dos produtos e a renda das atividades agropecuárias, por meio da aplicação de sistemas integrados de exploração de lavoura, pecuária e floresta em áreas já desmatadas, como alternativa aos monocultivos tradicionais;
- ii - mitigar o desmatamento provocado pela conversão de áreas de vegetação nativa em áreas de pastagens ou de lavouras, contribuindo, assim, para a manutenção das áreas de preservação permanente e de reserva legal;
- iii - estimular atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, assim como atividades de transferência de tecnologias voltadas para o desenvolvimento de sistemas de produção que integrem, entre si, ecológica e economicamente, a pecuária, a agricultura e a floresta;
- iv - estimular e promover a educação ambiental, por meio de ensino de diferentes disciplinas, em todos os níveis escolares, assim como para os diversos agentes das cadeias produtivas do agronegócio, tais como fornecedores de insumos e matérias-primas, produtores rurais, agentes financeiros, e para a sociedade em geral;
- v - promover a recuperação de áreas de pastagens degradadas, por meio de sistemas produtivos sustentáveis, principalmente da Integração Lavoura-Pecuária-Floresta - ILPF;
- vi - apoiar a adoção de práticas e de sistemas agropecuários conservacionistas que promovam a melhoria e a manutenção dos teores de matéria orgânica no solo e a redução da emissão de gases de efeito estufa;
- vii - diversificar a renda do produtor rural e fomentar novos modelos de uso da terra, conjugando a sustentabilidade do agronegócio com a preservação ambiental;
- viii - difundir e estimular práticas alternativas ao uso de queimadas na agropecuária, com vistas a mitigar seus impactos negativos nas propriedades químicas, físicas e biológicas do solo e, com isso, reduzir seus danos sobre a flora e a fauna e a emissão de gases de efeito estufa;
- ix - fomentar a diversificação de sistemas de produção com inserção de recursos florestais, visando à exploração comercial de produtos madeireiros e não madeireiros por meio da atividade florestal, a reconstituição de corredores de vegetação para a fauna e a proteção de matas ciliares e de reservas florestais, ampliando a capacidade de geração de renda do produtor;

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



x - estimular e difundir sistemas agrossilvopastoris aliados às práticas conservacionistas e ao bem-estar animal.

A Integração Lavoura-Pecuária-Floresta – ILPF abrange 4 modalidades de sistemas, caracterizados como:

i - Integração Lavoura-Pecuária ou Agropastoril: sistema que integra os componentes agrícola e pecuário, em rotação, consórcio ou sucessão, na mesma área, em um mesmo ano agrícola ou por múltiplos anos;

ii - Integração Lavoura-Pecuária-Floresta ou Agrossilvopastoril: sistema que integra os componentes agrícola, pecuário e florestal, em rotação, consórcio ou sucessão, na mesma área;

iii - Integração Pecuária-Floresta ou Silvopastoril: sistema que integra os componentes pecuário e florestal em consórcio; e

iv - Integração Lavoura-Floresta ou Silvoagrícola: sistema que integra os componentes florestal e agrícola, pela consorciação de espécies arbóreas com cultivos agrícolas, anuais ou perenes.

A política da ILPF será feita com base nos seguintes princípios:

i) preservação e melhoria das condições físicas, químicas e biológicas do solo;

ii) sustentabilidade econômica dos empreendimentos rurais, por meio da melhoria dos índices de produtividade e de qualidade dos produtos agropecuários e florestais, pela diversificação das fontes de renda e melhoria do retorno financeiro das atividades;

iii) investigação científica e tecnológica voltada ao desenvolvimento de sistemas integrados envolvendo agricultura, pecuária e floresta de forma sequencial ou simultânea na mesma área;

iv) integração do conhecimento tradicional sobre uso sustentável dos recursos naturais;

v) sinergia entre ações locais, regionais e nacionais, com vistas a otimizar os esforços e a aplicação dos recursos financeiros;

vi) cooperação entre os setores público e privado e as organizações não governamentais;

vii) estímulo à diversificação das atividades econômicas; observância do zoneamento ecológico-econômico do Brasil e respeito às áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas;

viii) observância aos princípios e às leis de proteção ambiental;

ix) incentivo ao plantio direto na palha como prática de manejo conservacionista do solo.

Compete ao poder público, na esfera da Política Nacional da Integração Lavoura – Pecuária – Floresta:

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



- i - definir planos de ação regional e nacional para expansão e aperfeiçoamento dos sistemas, com a participação das comunidades locais;
- ii - estimular a adoção da rastreabilidade e da certificação dos produtos pecuários, agrícolas e florestais oriundos de sistemas integrados de produção;
- iii - capacitar os agentes de extensão rural, públicos, privados ou do terceiro setor, a atuarem com os aspectos ambientais e econômicos dos processos de diversificação, rotação, consorciação e sucessão das atividades de agricultura, pecuária e floresta;
- iv - criar e fomentar linhas de crédito rural consoantes com os objetivos e princípios da Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e com os interesses da sociedade;
- v - estimular a produção integrada, o associativismo, o cooperativismo e a agricultura familiar;
- vi - promover a geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias;
- vii - fiscalizar a aplicação dos recursos provenientes de incentivos creditícios e fiscais;
- viii - difundir a necessidade de racionalização do uso dos recursos naturais nas atividades agropecuárias e florestais, por meio da capacitação de técnicos, produtores rurais, agentes do poder público, agentes creditícios, estudantes de ciências agrárias, meios de comunicação e outros;
- ix - assegurar a infraestrutura local necessária aos mecanismos de fiscalização do uso conservacionista dos solos;
- x - estimular a mudança de uso das terras de pastagens convencionais em pastagens arborizadas para a produção pecuária em condições ambientalmente adequadas, a fim de proporcionar aumento da produtividade pelas melhorias de conforto e bem-estar animal;
- xi - estimular e fiscalizar o uso de insumos agropecuários.

A Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta utilizará os instrumentos da Política Agrícola, da Política Nacional do Meio Ambiente e dos financiamentos do Sistema Nacional de Crédito Rural à sua execução.

Essa Lei entra em vigor 180 dias após a data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

RESOLUÇÃO CMED Nº 2, DE 3 DE ABRIL DE 2013 - Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante - PF e do Preço Máximo ao Consumidor - PMC dos medicamentos, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Publicada em 4 de abril de 2013, no Diário Oficial da União, editada pela Secretaria Executiva do Conselho de Ministros da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos-CMED, a Resolução nº 2/2013 determina que as empresas produtoras poderão ajustar os preços de seus medicamentos tendo como referência o Preço Fabricante – PF, praticado em 31/03/2012 na conformidade do art. 1º da Resolução CMED nº 01 do corrente ano. Para os medicamentos que tiveram sua comercialização iniciada entre 31 de março de 2012 e 30 de março de 2013, o ajuste de preços terá como referência o PF máximo permitido pela CMED.

O ajuste de preços de medicamentos é embasado em um modelo de teto de preços calculado com base de um índice (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA), acumulado no período de março de 2012 até fevereiro de 2013 inclusive entre setores, em três níveis, definidos na Resolução CMED nº 1/2013. Os somatórios desses fatores, levando em consideração a classificação por níveis dentro do Fator de Ajuste de Preços Relativos Intrassetor – Fator Z, da Resolução nº 1, além da variação do IPCA, são:

(i) - Medicamentos classificados no Nível 1, referentes às

classes terapêuticas com participação de genéricos em faturamento

igual ou superior a 20%, onde o fator Z assume o valor de 3,61%

(três vírgula sessenta e um por cento), correspondendo a um repasse

total da produtividade: 6,31% (seis vírgula trinta e um por cento);

(ii) - Medicamentos classificados no Nível 2, referentes às

classes terapêuticas com participação de genéricos em faturamento

igual ou superior a 15% e abaixo de 20%, onde o fator Z assume o

valor de 1,81% (um vírgula oitenta e um por cento), correspondendo

a um repasse parcial da produtividade: 4,51% (quatro vírgula cinquenta

e um por cento); e

(iii) - Medicamentos classificados no Nível 3, referentes às

classes terapêuticas com participação de genéricos em faturamento

abaixo de 15%, assumindo o fator Z valor 0 (zero), pois não tem

havido repasse da produtividade nestas classes: 2,70% (dois vírgula

setenta por cento).

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



A Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED poderá exigir, a partir de 2013 e a critério do Comitê Técnico-Executivo a apresentação de novo Relatório de Comercialização, a ser preenchido com instruções que constarão de Comunicado da Secretaria-Executiva

Será obtido o Preço Máximo ao Consumidor – PMC por meio da divisão do Preço Fabricante pelos fatores constantes da tabela abaixo, relacionadas as cargas tributárias do ICMS praticadas nos Estados de destino e a incidência da contribuição do PIS/PASEP e COFINS:

ICMS	Lista Positiva	Lista Negativa	Lista Neutra
19%	0,7234	0,7523	0,7071
18%	0,7234	0,7519	0,7073
17%	0,7234	0,7515	0,7075
12%	0,7234	0,7499	0,7084
0%	0,7234	0,7465	0,7103

O Preço Máximo ao Consumidor – PMC deverá ser calculado de acordo com os fatores de conversão divulgados em comunicado da Secretaria-Executiva, nos Estados de destino onde a carga tributária do ICMS for divergente das apresentadas na tabela. É obrigatório o repasse pelas unidades produtoras e as de comércio atacadista ou intermediário às unidades varejistas, da diferença de alíquota de ICMS entre o estado de origem e o de destino, bem como a colocação dos produtos CIF no destinatário.

As unidades de comércio varejista deverão dispor aos consumidores e órgãos de defesa do consumidor as listas dos preços de medicamentos atualizadas calculadas com base nesta Resolução. A divulgação do PMC deverá contemplar diferentes preços decorrente da incidência das cargas tributárias de ICMS praticada nos estados de destino. Os medicamentos deverão ser etiquetados com os preços de venda ao consumidor, que não deverão ultrapassar os PMC calculados, com base nesta norma.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Para seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Lei nº 12.794, de 2 de abril de 2013 – *Altera a Lei no 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda; institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a Lei no 12.598, de 22 de março de 2012, quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga;*

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



altera as Leis nos 12.715, de 17 de setembro de 2012, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 10.925, de 23 de julho de 2004, e 9.718, de 27 de novembro de 1998; e dá outras providências.

Publicada em 03 de abril de 2013 no Diário Oficial da União, a Lei nº 12.794, de 2013, trata de diversos assuntos da área tributária, dentre os quais, alterações relacionadas à desoneração da folha de salários, RETID, Imposto de Renda, PIS/COFINS na cadeia de produção de laranja, institui o REIF, dentre outras providências.

No que diz respeito à alteração da Lei 12.546, de 14 de dezembro de 2011, foi retirado do Anexo I o NCM 3923.30.00 (garrações, garrafas, frascos e artigos semelhantes) e o NCM 8544.49.00 (outros) e incluídos os segmentos para as empresas que fabricam carnes e miudezas refrigeradas, tintas e vernizes, produtos de beleza, tijolos, vidros, ferros e parafusos, determinados aparelhos elétricos e telefônicos, instrumentos e aparelhos para medicina, dentre outros, conforme classificação fiscal (NCM) na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011.

Além disso, os produtos que foram incluídos na desoneração da folha, mencionados anteriormente, terão a majoração de um ponto percentual em sua alíquota da COFINS-Importação, que passará de 7,6% para 8,6%, a partir de 1º de janeiro de 2014.

Ter-se-á direito a depreciação acelerada (apurada a partir de 1º de janeiro de 2013), as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, para efeito de apuração do imposto sobre a renda, relacionada a bens novos adquiridos ou objeto de contrato de encomenda entre 16 de setembro e 31 de dezembro de 2012, destinados ao ativo imobilizado do adquirente.

É instituído o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes – REIF que visa beneficiar a pessoa jurídica, que projeta ampliar ou implantar a infraestrutura para produção de fertilizantes e de seus insumos, para incorporação ao seu ativo imobilizado.

Os beneficiários são as pessoas jurídicas que deverão ter seu projeto aprovado pelo Ministério de Minas e Energia ou pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – responsáveis pela definição do projeto – e, também, a pessoa jurídica coabilitada. Vale ressaltar que esta disposição se aplica também aos projetos de investimento que não produzam necessariamente fertilizantes a partir da transformação química dos insumos do próprio produto.

O referido regime é vedado às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional.

O benefício de que trata este regime visa suspender o pagamento, para venda no mercado interno ou importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos de materiais de construção para a utilização ou incorporação no projeto, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita da pessoa jurídica vendedora – mediante expressão na Nota Fiscal “Venda efetuada com suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS”-, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado – mediante expressão na Nota Fiscal “Saída com suspensão do IPI”- e do IPI vinculado à importação. A pessoa jurídica que não utilizar o bem ou material de construção ou não incorporá-los no projeto deverá recolher as contribuições e impostos não pagos, acrescidos de multa e juros.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



No caso da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita da pessoa jurídica vendedora e da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da COFINS-Importação, depois da utilização dos bens ou materiais de construção, terão suas alíquotas em 0 (zero). Em se tratando do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado e do IPI vinculado à importação, também depois da utilização dos bens ou matérias referidos, serão convertidos em isenção.

Contudo, para venda ou importação de serviços destinados ao projeto referido no *caput* do art. 6º, fica suspenso o pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita da pessoa jurídica estabelecida no País decorrente da prestação de serviços, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes na importação de serviços diretamente. Será aplicado a estes benefícios a mesma multa ou juros supracitados e depois de utilizados sua alíquota convertera-se em 0 (zero).

Outrossim, foi alterada a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, que trata sobre Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa – RETID, com a intenção de aumentar a produção interna de bens de defesa e fortalecer a indústria nacional, e ainda ampliar a competitividade entre o produto nacional e o importado, favorecendo a produção brasileira.

Essas mudanças foram estabelecidas a partir da redução das alíquotas decorrente da venda ou prestação de serviços sobre a Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, além disso, isentar o IPI dos bens de defesa nacional definidos em ato do Poder Executivo, para uso privativo das Forças Armadas, quando adquiridos pela União.

Esta Lei também faz menção a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS à comercialização dos produtos classificados no código 0805.10.00 (laranja) da TIPI, que são utilizadas na produção dos produtos classificados no código 2009.1 (suco de laranja), quando destinados à exportação, suspendendo-a.

A pessoa jurídica, sujeita ao regime de apuração não cumulativa dessas contribuições poderá descontar o crédito presumido de 25% (sobre 9,25% - PIS/COFINS) calculado sobre o valor de aquisição da laranja para industrialização do suco de laranja para exportação. Tem direito ao crédito presumido somente aos produtos adquiridos por pessoa física ou jurídica domiciliada ou residente no país.

Esse crédito não aproveitado poderá ser utilizado nos meses subsequentes, quando não utilizado até o final do trimestre calendário, a pessoa jurídica poderá efetuar com débitos próprios, vencidos ou a vencer, relativos a tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, ou ser ressarcido em dinheiro, observada legislação.

O saldo do crédito presumido determinado na forma do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, relativos à laranja, poderá ser compensado com débitos próprios, vencidos ou a vencer, relativos a tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, ou ser ressarcido em dinheiro, observada legislação.

É modificada, ainda, a Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, relacionada à legislação do Imposto de Renda, e reduz de quarenta por cento a dez por cento a alíquota do rendimento bruto, decorrente do transporte de carga, que interfere na base de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Física – IRPF ligado aos Transportadores Autônomos de Cargas –TAC.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Determina-se, também, nova redação para a Lei 10.925, de 23 de julho de 2004, mantendo a redução da alíquota a zero para massas alimentícias, prolongando o seu vigor até 31 de dezembro de 2013.

Essa Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013, em relação aos artigos 1º e 3º, 14, 15, 17, 18 e 20; para os demais dispositivos na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Resolução RDC nº 23, de 24 de abril de 2013 – Dispõe sobre o teor de iodo no sal destinado ao consumo humano e dá outras providências.

Publicada aos 25 de abril de 2013, no Diário Oficial da União, pela Diretoria Colegiada da ANVISA, a Resolução nº 23/13 aprova o Regulamento Técnico, que determina o teor de iodo no sal, de consumo humano, para eliminar efeitos nocivos à saúde produzidos pelo excesso ou deficiência do iodo.

Assim, determina a proporcionalidade 3:1 (três para um) entre o limite máximo e mínimo - superior a 15 (quinze) miligramas até 45 (quarenta e cinco) miligramas de iodo por quilograma de produto - do teor de iodo face às características do beneficiamento do sal, principalmente no que se refere à etapa de iodação.

Para esta Resolução são utilizados os seguintes critérios: (i) - sal para consumo humano: cloreto de sódio cristalizado, extraído de fontes naturais, adicionado obrigatoriamente de iodo; e (ii) - iodação: operação que consiste na adição ao sal do micronutriente iodo na forma de iodato de potássio.

O sal sem adição de iodo como ingrediente pode ser utilizado em produtos alimentícios industrializados, mas para isso se deve deixar à disposição do órgão de vigilância sanitária os estudos que comprovam a interferência nas características organolépticas do produto.

As indústrias terão prazo de 90 (noventa) dias contado a partir da data de publicação para fomentar as adequações necessárias exigidas pelo Regulamento Técnico. Os produtos já fabricados podem ser comercializados até o fim de sua validade.

Vale ressaltar que haverá punições aos estabelecimentos que descumprirem esta norma e o contido no regulamento, na qual acarretará a infração sanitária, conforme disposto na Lei 6.437, de 1977. Contudo, não obstante, ficará sujeito a responsabilizações civil, penal e administrativa cabíveis.

A Resolução RDC nº 23, de 2013, revoga a Resolução RDC nº 130, de 26 de maio de 2003 e entra em vigor na data de sua publicação. Para acessar seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Decreto nº 7.992, de 24 de abril de 2013 – Promulga o Instrumento de Criação do Fundo Reestruturado do Meio Ambiente Global, firmado em Genebra, em 16 de março de 1994.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Publicado em 25 de abril de 2013 no Diário Oficial da União, o Decreto nº 7.992, de 24 de abril, promulga o Instrumento de Criação do Fundo Reestruturado do Meio Ambiente Global, que foi firmado em Genebra em 16 de março de 1994.

Os atos que possam ter resultado de revisão do Instrumento e os ajustes complementares que venham a acarretar encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, são sujeitos à aprovação do Congresso Nacional. É condicionada à prévia inclusão de dotação específica na Lei Orçamentária Anual a efetivação das despesas autorizadas por esse Ato, por meio de alocação originária ou de autorização legislativa para abertura de crédito adicional com este fim.

Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Decreto nº 7.993, de 24 de abril de 2013 – Promulga a Proposta de Participação do Brasil na Quarta Recomposição dos Recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global - GEF-4, firmada em 1º de dezembro de 2009.

Publicado em 25 de abril de 2013 no Diário Oficial da União, o Decreto nº 7.993, de 24 de abril, que promulga a Proposta de Participação do Brasil na Quarta Recomposição dos Recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global, que terá que ser executada e cumprida totalmente em seus termos, pelas autoridades brasileiras, na esfera de suas atribuições.

Os atos que possam ter resultado de revisão do Instrumento e os ajustes complementares que venham a acarretar encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, são sujeitos à aprovação do Congresso Nacional.

Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Instrução Normativa Conjunta Nº1, de 18 de abril de 2013 - Instrução Normativa Conjunta Mapa, Anvisa e Ibama sobre alteração de formulação de agrotóxicos e afins.

A Instrução Normativa Conjunta Mapa, Anvisa e Ibama nº1, de 18/04, publicada em 22 de abril do corrente ano no Diário Oficial da União, estabelece critérios e procedimentos para a alteração de formulação de agrotóxicos e afins registrados. Entende-se por “alteração de formulação”, qualquer modificação de componentes caracterizados como aditivos e ingredientes inertes ou outros ingredientes na composição, da formulação de agrotóxicos e afins registrados.

Estará no Anexo IV desta Instrução Normativa a lista de componentes (que será atualizada sempre que necessário), será divulgada nos site dos órgãos federais responsáveis pelos setores de agricultura, saúde e meio ambiente, com as seguintes classificações:

Classe I - componente de máxima preocupação toxicológica e/ou ambiental;



Classe II - componente de média preocupação toxicológica e/ou ambiental;

Classe III - componente de preocupação toxicológica e/ou ambiental não determinada;

Classe IV - componente de mínima preocupação toxicológica e/ou ambiental.

Referida classificação deverá ser feita pelos órgãos de saúde e meio ambiente, com base em informações referenciadas ou estudos sobre os aspectos de toxicidade em animais,

potencial genotóxico, carcinogênico e teratogênico, distúrbios hormonais, toxicidade para organismos aquáticos, bioacumulação, persistência e mobilidade no meio ambiente.

Os órgãos federais de saúde e meio ambiente, deverão avaliar os pedidos de alteração na formulação tratado nesta Instrução. Somente será avaliada a formulação que tiver os ingredientes inertes e aditivos inscritos no Sistema de Informação de Componentes – SIC.

Se a alteração da formulação do agrotóxico implicar na inclusão de componentes com a função de espalhante adesivos e/ou adjuvantes, deve ser executado estudos de resíduos com a nova formulação, de acordo com a RCD nº 4 de 18 de janeiro de 2012. Já nos casos que a alteração implicar em incremento de componente com função de espalhante adesivo e/ou adjuvante, também deve ser executados estudos de resíduos, exceto quando houver justificativa técnica fundamentada que será avaliada pelos órgãos responsáveis.

Os pedidos de alteração de formulação devem ser acompanhados de estudos físico-químicos aplicáveis ao tipo de formulação:

I - aspecto e cor;

II - pH;

III - densidade;

IV - tensão superficial;

V - viscosidade; e

VI - distribuição de partículas por tamanho.

Não poderá ocorrer alteração quando, modificar a forma de apresentação; implicar em alteração de classificação toxicológica ou do potencial de periculosidade ambiental do produto formulado registrado para classes mais restritivas; alterar a concentração nominal, mínima e máxima do ingrediente ativo; a substituição por componente de maior preocupação toxicológica; todos os componentes da formulação, exceto o ativo, forem substituídos, mesmo que tal alteração se caracterize em mais de um pleito; o componente requerido para fins de substituição for mais tóxico para organismos não-alvo e os dados e informações disponíveis indicarem potencial de persistência e/ou bioconcentração conforme critérios do Anexo IV.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Não serão requeridos estudos toxicológicos e ecotoxicológicos para os pleitos de alteração de formulação que se enquadrarem nas seguintes situações:

I - adição, incremento ou exclusão de ácido e/ou base para

ajuste de pH até a faixa de especificação da formulação;

II - adição sem substituição ou incremento de componente,

desde que os componentes alterados sejam de Classe IV.

III - adição com substituição de componente quando:

a) o componente adicionado for de Classe IV;

b) alterado da Classe I para I, Classe I para II e Classe II

para II, até o limite de suas respectivas quantidades.

IV - exclusão de componentes.

Para os casos que não se enquadrarem nas dispensas previstas nesta norma, deverão ser apresentados os estudos tóxicológicos realizados com a formulação requerida: na toxicidade oral aguda, irritação ocular e sensibilização dérmica.

Também será exigido estudo de toxicidade inalatória aguda com a formulação requerida, quando as alterações da formulação não se enquadrarem nos casos citados ou quando o produto formulado registrado não possuir este estudo; a toxicidade inalatória do componente a ser substituído for mais restritiva do que a do componente presente no produto registrado; e não existir informação de toxicidade inalatória do componente registrado e do componente a ser substituído na formulação.

Para os casos que não se enquadrarem nas dispensas, deverão ser apresentados os estudos ecotoxicológicos realizados com a formulação requerida: toxicidade para micro-organismos do solo - ciclo do carbono e nitrogênio; toxicidade aguda para organismos aquáticos - peixes e microcrustáceos; e toxicidade aguda para abelhas.

Quando houver reclassificação do produto reformulado é necessário a apresentação dos estudos ecotoxicológicos.

O requerimento de alteração da formulação de agrotóxicos e afins deverá apresentar três vias ao órgão registrante, sendo cada uma delas identificada para o órgão a que destina, devendo conter os seguintes documentos e informações:

I - requerimento assinado, conforme modelo do Anexo I;

II - declaração de razões e objetivos que fundamentam o pedido de alteração de formulação;

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



III - declaração da composição quali-quantitativa requerida, em conformidade com o modelo do Anexo II;

IV - tabela contendo a comparação entre a formulação registrada e a formulação requerida, com destaque para as alterações, conforme modelo do Anexo III;

V - para os casos que se enquadrarem no Parágrafo único do Art. 14 desta Instrução, apresentar tabela contendo informações físico-químicas, ecotoxicológica e toxicológicas disponíveis para cada componente alterado na composição do produto, conforme modelo do Anexo IV, acompanhada da análise dessas informações;

VI - tabela contendo a comparação dos dados físico-químicos entre a fórmula registrada e a fórmula requerida, conforme modelo do Anexo V;

VII - número da petição eletrônica no SIC para os componentes adicionados ou substituídos, com o uso pretendido na formulação requerida;

VIII - estudos físico-químicos previstos no Art. 9º desta Instrução.

Deverá, também, ser apresentado exclusivamente à ANVISA o conjunto de documentos e informações abaixo:

I - via original do comprovante de pagamento da taxa de fiscalização de vigilância sanitária (GRU), recolhida para o código de assunto "alteração de formulação";

II - cópia do Certificado de Registro do Produto Técnico e do Produto Formulado;

III - cópia do último Informe de Avaliação Toxicológica do Produto Técnico e do Produto Formulado;

IV - cópia da última Avaliação do Potencial de Periculosidade Ambiental do Produto Técnico e do Produto Formulado;

V - estudos toxicológicos previstos no Art. 11 e 12 desta Instrução, quando aplicáveis.

Quando a análise do pleito indicar alterações significativas nos perfis físico-químico, toxicológico e ecotoxicológico, ou ainda que as fundamentações apresentadas não forem atacadas, estudos e informações adicionais serão requeridos.

A implementação da alteração da formulação deverá ser feita em prazo de até 180 dias após a publicação em DOU da aprovação, pelo órgão federal registrante.

Devidas informações poderão ser encontradas no texto desta norma.

Esta Instrução Normativa Conjunta entra em vigor na data de sua publicação, e para acessar seu inteiro teor [clique aqui](#).

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Resolução nº 40 do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGEN, de 27 de fevereiro de 2013– Dispõe sobre a repartição de benefícios nas hipóteses que especifica.

Publicada em 22 de abril de 2013 no Diário Oficial da União, a Resolução CGEN nº 40, de 27 de fevereiro, estabelece procedimentos para a apresentação de projeto de repartição de benefícios, quando para acesso a componente do patrimônio genético com perspectiva de uso comercial, que vier a incidir sobre amostras obtidas:

i - em estabelecimento comercial, quando não for possível a identificação do provedor, caso no qual a instituição requerente deverá mostrar documento apto a comprovar a origem da aquisição da amostra.

ii - em área de propriedade da própria instituição que pretende realizar o acesso.

iii - em área de provedor que renunciar ao benefício.

Nesta hipótese a instituição requerente deverá mostrar documento apto que comprove a renúncia.

iv - em coleção *ex situ* mantida pela própria instituição que pretende realizar o acesso, quando se tratar de amostra coletada em data anterior à primeira edição da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.

Nesta hipótese a atividade de conservação *ex situ* poderá ser considerada como repartição de benefícios, somente quando a coleção provedora da amostra tenha sido objeto de credenciamento da instituição fiel depositária.

Em qualquer uma dessas situações citadas, a instituição requerente deverá apresentar projeto de repartição de benefícios de acordo com o art. 25 da Medida Provisória nº 2.186-16/2001. Esse projeto contemplará, preferencialmente, proposta que coopere para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade brasileira em benefício da coletividade, incluindo a recuperação, criação e manutenção de coleções *ex situ*, o fomento à pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico associado ao patrimônio genético e a capacitação de recursos humanos associados ao desenvolvimento das atividades relacionadas ao uso e à conservação do patrimônio genético.

O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN irá avaliar cada caso sobre a proposta de repartição de benefícios nas hipóteses tratadas nesta Resolução, e também a dispensa de Termo de Anuência Prévia e de Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios – CURB.

Esta Resolução nº 40 entra em vigor na data de sua publicação e para acessar seu inteiro teor, [clique aqui](#).

PORTARIA Nº 285, DE 23 DE ABRIL DE 2013, do Ministério da Fazenda.

No dia 25 de abril de 2013, foi publicada no Diário Oficial da União, a Portaria nº 285, de 23 de abril, editada pelo Ministro da Fazenda, autoriza o pagamento de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratar e acompanhar as operações de microcrédito produtivo, que foram contratadas em 2013, obedecendo às condições, critérios e limites estabelecidos pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, pelo Decreto

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



nº 5.288, de 29 de novembro de 2004, e pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.000, de 25 de agosto de 2011, e alterações posteriores. Desde que observadas as seguintes condições:

I - Taxa de juros para o mutuário: 8% a.a (oito por cento ao ano);

II - Taxa de abertura de crédito (TAC): 1,0% (um por cento) sobre o valor financiado;

III - Limite de operações com direito a subvenção a cada exercício civil por mutuário em todo o Sistema Financeiro Nacional: 3 (três), independente do prazo de cada financiamento;

IV - Limite de operações com direito a subvenção a cada mês, por mutuário, por instituição financeira: 1 (uma) operação na modalidade investimento e 1 (uma) operação na modalidade capital de giro.

Somente não será obrigatório o pagamento de equalização no caso das operações que já forem objeto de algum tipo de subvenção econômica por parte do Governo Federal. O valor total dessas equalizações ficará limitado a 439 milhões de reais, em 2013.

Para receber a equalização, as instituições financeiras têm que manifestar interesse pela apresentação de proposta que tenha a estimativa mensal de demanda de subvenção para o exercício corrente, com cálculo baseado nos valores definidos na Tabela 1 do Anexo desta Portaria. Esta proposta terá que ser encaminhada por escrito, de acordo com a Tabela 2 do Anexo desta Portaria, à Coordenação-Geral das Operações de Crédito do Tesouro Nacional (COPEC/STN), e protocolada até o prazo máximo de 5 dias úteis a partir da publicação desta Portaria no DOU.

Caso o montante ultrapasse o limite de 439 milhões de reais, os valores deverão ser redimensionados proporcionalmente à estimativa de demanda feita por cada instituição. Os limites de subsídio por instituição financeira para o exercício será divulgado pelo Ministério da Fazenda, e deve-se respeitar a dotação orçamentária reservada a essa finalidade.

Caso a demanda por subvenção econômica apresentada por instituição financeira, ao final de cada trimestre, seja inferior a 80% dos valores determinados na estimativa acima, seu limite anual de equalização poderá ser modificado ou realocado para outras instituições participantes, conforme decidido pelo Ministério da Fazenda.

Os pagamentos da equalização feitos pelo Tesouro Nacional, as instituições financeiras terão que apresentar a cobrança da equalização mensal por meio de envio, até o 10º dia útil do mês subsequente, dos valores de equalização relacionados às operações verificadas entre o primeiro e o último dia do mês correspondente, juntamente com a declaração de responsabilidade (de acordo com modelo no Anexo) da própria instituição, pela exatidão das informações relativas às operações realizadas. Esses valores deverão ser encaminhados à Secretaria do Tesouro Nacional acompanhados das informações relacionadas às operações realizadas e da memória de cálculo, conforme modelo definido pela STN, que terá que especificar:

I - identificação da instituição financeira;

II - nome/razão social do mutuário;



III - número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do mutuário;

IV - valor individual por operação e prazo da operação em meses;

V - data da contratação;

VI - modalidade da operação (capital de giro ou investimento);

VII - código do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do município da agência bancária;

VIII - código da Classificação Nacional da Atividade Econômica (CNAE) do IBGE do mutuário;

IX - valor da equalização devida (com base na Tabela 1 anexa); e

X - outras informações que se fizerem necessárias para fins de monitoramento das operações por parte da STN.

Será excluída, pela STN, a base de dados utilizada para fins de pagamento da equalização, a(s) operação(ões) que tenha sido verificado o descumprimento de qualquer dispositivo da legislação aplicável, e irá informar o ocorrido às instituições financeiras responsáveis.

Deverão ser obtidos conforme a Tabela1, os valores das equalizações e suas respectivas atualizações.

Para fins de acompanhamento e fiscalização por parte da Secretaria do Tesouro Nacional, da Controladoria Geral da União - CGU, do Tribunal de Contas da União - TCU e do Banco Central do Brasil, as instituições financeiras deverão disponibilizar, quando solicitadas, informações relativas à boa e regular aplicação dos recursos referidos nesta Portaria. O Banco do Central do Brasil terá que acompanhar e fiscalizar as operações de microcrédito produtivo orientado que as instituições, beneficiárias do subsídio recebido, realizarem.

A utilização irregular ou desvio dos recursos procedentes das subvenções em questão, sujeita o infrator a devolução, em dobro, da subvenção recebida, atualizada monetariamente.

Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Convênio ICMS 14/2013 - Prorroga disposições de convênios que concedem benefícios fiscais.

Publicado no Diário Oficial da União, de 12/04/2013, o Convênio ICMS 14, de 05 de abril de 2013, prorroga as disposições dos seguintes convênios que concedem benefícios fiscais:

a) para 31 de julho de 2014:

- Convênio ICMS 52/91, de 26 de setembro de 1991, que concede redução da base de cálculo nas operações com equipamentos industriais e implementos agrícolas;

- Convênio ICMS 75/91, de 5 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a concessão de redução de base de cálculo do ICMS nas saídas de aeronaves, peças, acessórios e outras mercadorias que especifica;

- Convênio ICMS 100/97, de 4 de novembro de 1997, que reduz a base de cálculo do ICMS nas saídas dos insumos agropecuários que especifica, e dá outras providências.

b) para 30 de abril de 2015:

- Convênio ICMS 16/10, de 26 de março de 2010, que autoriza o Estado de Goiás a conceder redução de base de cálculo do ICMS na operação interna com madeira produzida em regime de reflorestamento e destinada à industrialização, à utilização

como lenha ou à transformação em carvão vegetal.

O Convênio ICMS 14/2013 entra em vigor na data da publicação da sua ratificação nacional, e para conhecer o inteiro teor do mesmo, [clique aqui](#).

Decreto 59.039/2013 - Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 04/04/2013, o Decreto 59.039, de 03/04/2013, que altera a redação os artigos 400-H, 400-K e 400L, todos do RICMS-SP.

Referida norma estabelece o diferimento na saída interna de mercadoria utilizada como matéria-prima ou produto intermediário na fabricação de:

(i) rotor (hub) para gerador de energia eólica – NCM 8503.00.90; e

(ii) aquecedores solares de água – NCM 8419.19.10.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Além disso, fica suspenso o lançamento do imposto incidente no desembaraço aduaneiro da mercadoria, sem similar produzida no país, utilizada como matéria-prima ou produto intermediário na fabricação de aquecedor solar de água (NCM 8419.19.10) quando a importação for efetuada diretamente por estabelecimento fabricante do referido produto.

Importante destacar que para as hipóteses em comento (diferimento e suspensão) o Decreto 59.039/2013 traz as condições a serem observadas pelos contribuintes para utilização dos aludidos benefícios fiscais, respectivamente.

Ademais, foi ampliado o rol de atividades e contribuintes abrangidos pelo disposto no artigo 29 das Disposições Transitórias, com a inclusão dos setores de:

- (i) tratamento e disposição de resíduos não perigosos, CNAE 3821-1/00; e
- (ii) fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho, CNAE 1041-4/00.

Vale lembrar que no artigo 29 (DDTT) estão previstos os seguintes benefícios: (i) suspensão do lançamento do imposto incidente na importação de bens, sem similar nacional, destinados ao ativo imobilizado, (ii) creditamento integral do imposto incidente na aquisição interna de bens destinados ao ativo imobilizado e (iii) alteração do momento da exigência dos impostos, nas hipóteses em que o estabelecimento adquirente do bem estiver em fase pré-operacional ou não tiver débitos do imposto em valor suficiente para absorver o crédito integral.

Para conhecer o inteiro teor do Decreto 59.039/2013, [clique aqui](#). (Na página 1)

Decreto nº 7.986, de 15 de abril de 2013 – Altera o Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013, que institui o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara das Relações de Consumo.

Publicado em 16 de abril de 2013 no Diário Oficial da União, o Decreto nº 7.986 altera o Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013, que institui o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara das Relações de Consumo.

Foi modificado o artigo 16 do Decreto nº 7.963 e passa a não ter mais prazo de 30 dias para a elaboração da proposta de regulamentação do § 3º do art. 18 da Lei nº 8.078, de 1990, que deve ser feito pelo Conselho de Ministros da Câmara Nacional das Relações de Consumo, para delimitar produtos de consumo essenciais e dispor sobre procedimentos para uso imediato das alternativas previstas no § 1º do art. 18 da referida Lei, pode-se a partir deste Decreto, definir o novo prazo para esta elaboração que será determinado pelos membros e formalizado em ato pelo Ministro de Estado da Justiça.

O Decreto 7.986, entrou em vigor na data de sua publicação e para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

PORTARIA CAT Nº 36, DE 29 DE ABRIL DE 2013 - Altera a Portaria CAT-40/03, de 25-4-2003, que divulga margens de valor agregado nas operações com combustíveis e lubrificantes.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



No dia 30 de abril de 2013, foi publicada no Diário Oficial do Estado, a Portaria CAT nº 36, que altera o item 7 do parágrafo único do art. 1º da Portaria CAT nº 40 de 25 de abril de 2003.

“7 - Tabela 7 - Lubrificantes derivados de petróleo

Item	Subitem	Descrição sumária (dispositivo do artigo 417 do RICMS/00)	% operações internas	% operações interestaduais
1		Operações com ICMS retido por substituição tributária – hipóteses previstas nos incisos II e IV, “a”, do artigo 412 do RICMS/00, se o produtor nacional praticar preço computando todas as contribuições federais (§ 1º, 1)	61,31	96,72
2		Importação do exterior, se o importador realizar desembaraço computando todas as contribuições federais (§ 1º, 2)	61,31	96,72
3		Recebimento de outro Estado sem retenção do ICMS por substituição tributária - hipóteses previstas no inciso V do artigo 412 e no artigo 416 do RICMS/00 (§ 1º, 3 e 5)		
	3.1.	Se o produtor nacional praticar preço computando todas as contribuições federais - hipótese prevista no inciso V do artigo 412 do RICMS/00 (§ 1º, 3)		96,72
	3.2.	Se o produtor nacional praticar preço computando todas as contribuições federais - hipótese prevista no artigo 416 do RICMS/00 (§ 1º, 5)		96,72

Ainda, acrescenta o item 7-A ao parágrafo único do artigo 1º da Portaria CAT 40/03, com o seguinte texto:

“7A - Tabela 7A - Lubrificantes não derivados de petróleo:

Item	Subitem	Descrição sumária (dispositivo do artigo 417 do RICMS/00)	% operações internas	% operações interestaduais
------	---------	---	----------------------	----------------------------

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



1		Operações com ICMS retido por substituição tributária – hipóteses previstas nos incisos II e IV, "a", do artigo 412 do RICMS/00, se o produtor nacional praticar preço computando todas as contribuições federais (§ 1º, 1)	61,31	73,12
2		Importação do exterior (§ 1º, 2)		
	2.1.	Se o importador realizar desembaraço computando todas as contribuições federais (§ 1º, 2)	61,31	73,12
	2.2.	Quando aplicável o disposto na Resolução 13/2012, do Senado Federal	61,31	88,85
3		Recebimento de outro Estado sem		

retenção do ICMS por substituição

tributária - hipóteses previstas no inciso

V do artigo 412 e no artigo 416 do

RICMS/00 (§ 1º, 3 e 5)

3.1

Se o produtor nacional praticar preço

computando todas as contribuições

federais - hipótese prevista no inciso V

do artigo 412 do RICMS/00 (§ 1º, 3)

73,12

3.2.

Se o produtor nacional praticar preço

computando todas as contribuições



federais - hipótese prevista no artigo 416

do RICMS/00 (§ 1º, 5)

73,12

3.3.

Quando aplicável o disposto na

Resolução 13/2012, do Senado Federal

88,85

Essa Portaria entra em vigor em 01 de maio de 2013. Para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#). (página 25)

Decreto Estadual de São Paulo nº 59.038, de abril de 2013 – Institui o Programa Paulista de Biocombustíveis e dá providências correlatas.

Publicado em 04 de abril de 2013 no Diário Oficial do Estado de São Paulo, o Decreto Estadual nº 59.038, de 2013, que institui o Programa Paulista de Biocombustíveis, coordenado pelo Secretário de Energia, ou representante por ele indicado, com finalidade de estimular o crescimento de combustíveis renováveis na esfera da administração direta, das autarquias e das fundações do Estado de São Paulo.

Só poderão ser locados ou comprados os veículos dos órgãos referidos anteriormente que contenham motor ciclo Otto flexível, aquele que funciona com dois ou mais tipos de combustíveis. A exceção ocorre quando, na aquisição ou locação, não existirem modelos de veículos com este ciclo de motor flexível ou quando estes não atenderam às necessidades dos órgãos. Assim poderão ser adquiridos ou locados aqueles com motor Otto (funciona apenas com um tipo de combustível) e motor ciclo diesel.

O motor Otto flexível deverá ser utilizado pelas frotas da administração direta, autarquias e fundações do Estado somente com etanol hidratado, excepcionalmente poderá ser utilizado outro combustível, em casos de inviabilidade técnica ou econômica, que devem ser justificados. Nas frotas que utilizarem motor ciclo diesel, o combustível a ser usado deverá conter no mínimo 20% de biodiesel, com observância das normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, na medida de sua possibilidade.

Deverão ser encaminhados pelos órgãos e entidades deste Decreto à Secretaria de Energia características da frota própria, ou de terceiros contratados – que também são atrelados a esta norma -, utilizada, incluindo: I - as principais características dos veículos; II - o consumo médio mensal; III - o tipo de combustível utilizado; IV - o tipo de motor (Otto, Otto flexível ou diesel); V - avaliação do potencial de substituição. Os órgãos que possuírem geradores de emergência deverão iniciar o uso de biocombustíveis até 2015 e devem incluir o tipo de motor utilizado, tipo de

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



combustível, o consumo médio mensal e anual, idade do equipamento junto as características já determinadas para envio à Secretaria de Energia.

O Programa de que trata este Decreto deverá criar condições que propiciem a adesão dos municípios paulistas.

O Decreto Estadual 59.038, de 03 de abril de 2013 entra em vigor após 180 dias da data de sua publicação e ficam revogados os Decretos do Estado de São Paulo nº 42.836/1998 e 48.092/2003 e todas as disposições em contrário. Para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#). (página 1)

Comunicado DA 22, de 12-04-2013 - Divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/05/2013 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 13/04/2013, o Comunicado DA 22, de 12/04/2013, divulgando o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/05/2013 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS que será de 0,03% ao dia, ou 0,93% ao mês.

Para conhecer o inteiro teor do Comunicado DA 22/2013, [clique aqui](#). (Página 21)

Decreto 58.985/2013 – Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS

Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 22/03/2013, o Decreto 58.985, de 21/03/2013, acrescenta o artigo 62 ao Anexo II do RICMS reduzindo a base de cálculo do imposto incidente nas saídas internas das soluções parenterais abaixo indicadas, todas classificadas no código 3004.90.99 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias – Sistema Harmonizado - NBM/SH, realizadas pelo estabelecimento fabricante, de forma que a carga tributária corresponda ao percentual de 7% (sete por cento):

I - solução de glicose a 1,5%, 5%, 10%, 20%, 25%, 30%, 40%, 50% ou a 70%;

II - solução de cloreto de sódio a 0,9%, 10%, 17,7% ou a 20%;

III - solução glicofisiológica;

IV - solução de ringer, inclusive com lactato de sódio;

V - solução de gliconato de cálcio a 10%;

VI - manitol;

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



VII - diálise peritoneal a 1,5%, 2,5%, 4,25% ou a 7%;

VIII - água para injeção;

IX - água estéril para uso externo;

X - bicarbonato de sódio a 8,4% ou a 10%;

XI - dextran 40, com glicose ou com fisiológico;

XII - cloreto de potássio a 10%, 15% ou a 19,1%;

XIII - fosfato de potássio 2mEq/ml;

XIV - sulfato de magnésio 1mEq/ml, a 10% ou a 50%;

XV - fosfato monossódico + dissódico;

XVI - glicerina;

XVII - sorbitol a 3%;

XVIII - aminoácido;

XIX - dipeptiven;

XX - frutose;

XXI - haes-steril;

XXII - hisocel;

XXIII - hisoplex;

XXIV - lipídeos.

A redução de base de cálculo prevista neste artigo aplica-se, também:

(i) à saída interna de produto industrializado, promovida por estabelecimento do mesmo titular do estabelecimento fabricante, que o tenha recebido em transferência deste;

(ii) às saídas internas subseqüentes à realizada por estabelecimento da empresa fabricante;

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



(iii) ao desembaraço aduaneiro decorrente de importação, realizado por estabelecimento fabricante, de produto abrangido por este benefício, para utilização na produção industrial no Estado, como insumo, desde que:

a) não haja similar produzido no país, conforme atestado por órgão federal competente ou entidade representativa de seu setor produtivo com abrangência nacional;

b) o desembarque e o desembaraço aduaneiro sejam efetuados neste Estado.

Importa destacar, ainda, que a fruição deste benefício fica condicionada a que sejam realizados neste Estado o desembarque e o desembaraço aduaneiro dos insumos importados utilizados na fabricação dos produtos abrangidos por este benefício.

Por fim, o decreto em comento revoga o inciso X do "caput" do artigo 27 do Anexo II do RICMS que tratava do assunto.

O Decreto 58.985/2013 entra em vigor na data de sua publicação, e para conhecer o inteiro teor do mesmo, [clique aqui](#) (Executivo caderno 1 - página 1).

Decreto nº 7.975, de 1 de abril de 2013 –Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.

Publicado em 02 de abril de 2013 no Diário Oficial da União, o Decreto n 7.975 altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007 que regulamenta o IOF , para o fim de reduzir a zero a alíquota de IOF para operações de crédito realizada por instituição financeira contratadas a partir de 02 de abril de 2013, destinadas a aquisição, produção e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados, e o capital de giro associado, a produção de bens de consumo para exportação ao setor de energia elétrica, a estruturas para exportação de graneis líquidos, a projetos de engenharia, à inovação tecnológica, e a projetos de investimentos destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia e projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal, a que se refere o art. 1º da Lei nº 12.096 , de 24 de novembro de 2009, e de acordo com os critérios fixados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

O Decreto 7.975, entrou em vigor na data de sua publicação e para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Decreto nº 7.979, de 8 de abril de 2013 – Altera o Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, que instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

Foi publicado no Diário Oficial da União de 09 de abril de 2013 o Decreto nº 7.979 (de 08/04/2013), que alterou o Decreto nº 6.022/2007, que institui o SPED.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Em suma, o SPED passou a contemplar EXPRESSAMENTE as pessoas jurídicas isentas e imunes. A norma foi adequada de forma a prever que a guarda de documentos pelo prazo decadencial e o acesso a estas informações também serão aplicáveis às pessoas jurídicas ora mencionadas.

Por fim, a novidade interessante foi a inclusão de artigo que autoriza a Receita Federal a solicitar a participação de representantes dos empresários, das pessoas jurídicas, inclusive as isentas e imunes, entidades de abrangência nacional representativas da classe contábil nas atividades relacionadas ao SPED.

Para conhecer o inteiro teor do Decreto nº 7.979, de 2013, [clique aqui](#).

PORTARIA No- 98, DE 3 DE ABRIL DE 2013

Institui o Grupo de Trabalho Interministerial-GTI com a finalidade de elaborar proposta para a regularização ambiental em territórios quilombolas estabelecida na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, no que concerne ao Cadastro Ambiental Rural-CAR e para a instituição do Plano Nacional de Gestão Territorial e Ambiental para esses territórios.

No dia 4 de abril de 2013, foi publicada no Diário Oficial da União, a Portaria nº 98, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, com o objetivo de formular proposta para regularização ambiental em territórios quilombolas determinada pela lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, no que diz respeito ao Cadastro Ambiental Rural e ao Programa de Recuperação Ambiental e para a instituição do Plano Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em territórios quilombolas.

Para as finalidades desta Portaria, são considerados remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e ancestralidade negra que tenha relação com a resistência à opressão histórica sofrida.

O GTI será formado por representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos e entidades relacionadas:

I - Ministério do Meio Ambiente, que o coordenará;

II - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República;

III - Ministério do Desenvolvimento Agrário;

III - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-

INCRA; e

IV - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

- Instituto Chico Mendes.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



A participação no GTI será considerada serviço público relevante, sem qualquer tipo de remuneração. Poderá, o Grupo de Trabalho Interministerial, convidar representantes de outros órgãos e entidades, no âmbito público e privado, para dar assistência às atividades.

As comunidades quilombolas, certificadas pela Fundação Cultural Palmares para reconhecimento desta Portaria, terão de ser consultadas por seus representantes durante a fase de regulamentação proposta pelo Grupo de Trabalho Interministerial.

O prazo para concluir os trabalhos do GTI será de 90 dias, iniciados a partir da sua primeira reunião, que poderá ser prorrogado pelo mesmo período com a devida justificação.

Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).